



RESUMO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEI 0005447-98.2025.6.16.8000

CONTRATO

Nº/2026

PREGÃO

Nº/2026



O que?

Contratação de empresa especializada para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (sem motorista e sem combustível)



Prazo de entrega?

5 (cinco) dias úteis a contar do pedido do contratante



Onde?

Os veículos deverão ser disponibilizados pela Contratada em, no mínimo, 6 (seis) das cidades descritas no item 4.3 do Termo de Referência, dependendo da necessidade do TRE-PR



Com quem falar?

Coordenadoria de Gestão e Logística das Eleições



Horário de atendimento

Das 12h às 18h



Contato

Telefone: 41 3330-8580

E-mail: cple@tre-pr.jus.br



Vigência

.....



Valor

R\$



CONTRATO Nº xx/2026
SEI 0005447-98.2025.6.16.8000

Anexo VIII
Minuta de Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º xx/2026, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em, situada na, nº, CEP, e-mail:, telefone (..), neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar serviço de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (sem motorista e sem combustível), visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2. A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, a este se integram.

1.3. De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXIX, o objeto do presente contrato será realizado pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

2.1. Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2. Local da prestação dos serviços: os serviços serão prestados nas Zonas Eleitorais do Paraná conforme pedido feito pelo Gestor contratual, sendo que a disponibilização dos veículos deverá ser feita pela Contratada em, no mínimo, 6 (seis) das cidades informadas na subcláusula 4.3 do Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

3.1.2. Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, preferencialmente dentro de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei, admitida prorrogação motivada, por igual período.

3.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

3.1.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA e as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 para o presente contrato estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I, que é parte integrante deste contrato.

4.2 - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4.3 - A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.4 - Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece:

I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável

II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados (as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10 da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato vigorará pelo período de .../.../..... a .../.../..... (..... dias corridos), sem possibilidade de prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa com o presente instrumento correrá à conta dos Programas de Trabalho:

Elemento de despesa:

Notas de Empenho NE2026, emitida em .../.../.....;

Categoria econômica: Custeio.

Código SIASG: 4014.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ (.....), pelo cumprimento do objeto deste contrato, conforme discriminado a seguir:

(Scon: adequar conforme o item pedido)

Item	Descrição	Quant. de veículo	Valor Unitário (pelo período pró-ratadias - se houver)	Valor unitário (pelo período de 30 (trinta) dias de locação	Valor total
1	Locação de veículo de passeio pelo período de 30 (trinta) dias			R\$	R\$
2	Locação de veículo 4 x 4 pelo período de 30 (trinta) dias			R\$	R\$

7.1.1 Os veículos serão locados pelo período mínimo de 30 (trinta) dias. Períodos maiores que 30 (trinta) dias deverão ser faturados pró-rata.

7.1.2. O pagamento será realizado a cada 30 (trinta) dias corridos (exceto no caso de eventual prorrogação contratual por período inferior a trinta dias; nesse caso o pagamento será processado após o término da prorrogação), conforme os serviços efetivamente executados, mediante apresentação de relatório detalhado em que conste a descrição individual do período de locação e valores de cada zona eleitoral.

7.1.3. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária.

7.1.4 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.1.5 - Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo III), ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

7.1.6 - **Da higienização do veículo:** Caso o veículo não seja devolvido lavado, fica definido o valor total estimado de R\$..... (.....) para ressarcimento à Contratada, conforme quadro a seguir:

(Scon: adequar conforme o item pedido)

Item	Descrição	Valor/veículo (a)	Quant. de Veículos (b)	Total (a x b = c)
1	Veículos de passeio	R\$ 60,00		R\$.....
2	Veículo tipo 4 x 4	R\$ 200,00		R\$.....

7.2. Do documento fiscal:

7.2.1. O documento fiscal deverá ser encaminhado para o e-mail cgle@tre-pr.jus.br.

7.2.2. O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.3. Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da Contratada;
- Data de emissão da nota fiscal;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- Número do contrato e,
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.2.4. Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

7.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil após a conclusão da etapa respectiva.

7.2.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

7.2.6.1. Prazo para atestado da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal pelo gestor deste TRE/PR.**

7.2.6.2. Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.2.7. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.2.8. O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

7.3. Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

$I = (6/100)/365$.

7.4. Da regularidade fiscal:

7.4.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.2. A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.3. Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.4.4. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF
- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.5. O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/2026, nos termos do artigo 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Se decorrido o interregno de um ano da data do orçamento, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Para contratos firmados após o reajuste da Ata de Registro de Preços, o interregno de um ano será contado da data do reajuste da Ata.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. As condutas de natureza **LEVE** são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado:

a) ADVERTÊNCIA

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso.
2	Falta de retorno às comunicações do TRE.
3	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas para a presente contratação.
4	Encaminhar nota fiscal em desacordo.
5	Descumprir quaisquer das responsabilidades desta contratação, não previstas nos itens abaixo.

b) MULTAS: A sanção de multa será aplicada nos casos previstos pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	1. Atraso de até 5 (cinco) dias corridos em disponibilizar o veículo.	1% (um por cento) por dia sobre o valor do veículo indisponibilizado.

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
GRAVE	2. Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços de locação. 3. Entregar veículos fora das condições de segurança, higiene, limpeza e/ou em discordância com qualquer outra especificação constante do Termo de Referência – Anexo I.	3% (três por cento) por dia sobre o valor do veículo indisponibilizado, até o limite de 5 dias.
	4. Não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVÍSSIMA	5. Indisponibilizar ou comprometer o andamento dos serviços eleitorais em decorrência de falha na execução do objeto, resultando na extinção antecipada do contrato.	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
	6. Atraso na entrega dos veículos, superior a 5 (cinco) dias corridos, resultando na extinção antecipada do contrato.	
	7. Inadimplência total do Contrato.	

10.4 - Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.
- b) inexecução total do contrato.
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

10.5 - Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa.
- b) praticar ato fraudulento.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

10.6 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.7 - A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.9 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.10 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda), e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.11 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.11.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença (se não paga pela contratada) será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.13 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.14 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.15 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.16 - As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no D.O.U., nos casos de impedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, xx de xxxxxxx de 2026.

Representante Legal
p/Contratada

Valcir Mombach
Diretora-Geral – TRE/PR
p/Contratante

¹ Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.